

JANEIRO 2024

67ª EDIÇÃO

GAZETA DO POVO

REVISTA

Após operações da PF em sequência, oposição fala em perseguição política



Quão perto a Europa está de uma guerra total contra a Rússia

Editorial: Não pode haver tolerância com o antissemitismo

Índice

Não pode haver tolerância com o antissemitismo **03**

Marcel van Hattem: Do caos à reconstrução: nova ponte gaúcha e a falência estatal **10**

Deltan Dallagnol: Caso Marielle: 3 lições para a esquerda **18**

PF faz operações contra pré-candidatos da direita no RJ e oposição cita perseguição **26**

Quão perto a Europa está de uma guerra total contra a Rússia **38**

Congresso tem propostas para confrontar Lewandowski na segurança pública **49**

Dois anos sem Olavo de Carvalho: o legado do filósofo que mudou a direita brasileira **69**



USUÁRIO DE ANDROID: PARA NAVEGAR UTILIZANDO OS LINKS DE PÁGINA VOCÊ PRECISA DO APP [ACROBAT READER](#)



Fala de Genoíno defendendo boicote a empresas ligadas à comunidade judaica gerou reação de entidades. | Foto: Mario Agra/Câmara dos Deputados

EDITORIAL

Não pode haver tolerância com o antissemitismo

O ex-presidente do PT, José Genoíno, ainda um nome forte dentro do partido e próximo do presidente Lula, achou por bem defender durante

uma entrevista a um canal do YouTube que era uma boa ideia “boicotar” empresas de judeus. A sugestão não é nem um pouco inovadora: algo muito similar foi proposto pelo ditador Adolf Hitler, em 1933, dando início formal à perseguição nazista contra os judeus na Alemanha. O resultado é bem conhecido: estima-se que seis milhões de judeus morreram durante o Holocausto, um dos maiores genocídios da história, e que mostrou os perigos do antissemitismo.

E foi justamente uma fala antissemita que Genoio fez durante uma transmissão do canal Diário do Centro do Mundo, no último sábado (20), ao dizer que “essa ideia da rejeição, essa ideia do boicote por motivos políticos, que fere o interesse econômico, é uma forma interessante. Inclusive ter esse boicote a

determinadas empresas de judeus”. Na sequência, o ex-presidente do PT defendeu que o Brasil deixasse de fazer negócios com Israel, cortando relações comerciais com o país.



O ex-líder petista fez uma incitação ao boicote de empresas pelo simples fato de serem propriedade de judeus, exatamente como ocorreu com o Judenboykott nazista.

Se Genoino queria fazer coro aos que optam por endeusar os atos do Hamas, chancelando atrocidades de terroristas e criticando Israel, poderia ter se restringido a comentar que considerava errado o Brasil negociar com empresas que deliberadamente apoiam as ações militares de Israel contra o Hamas na Faixa de Gaza. No ano passado, aliás, Genoino já tinha se

colocado ao lado do grupo terrorista, declarando que “o direito à resistência contra a tirania não pode ser conceituado como terrorismo”.

Mas o que o ex-líder petista fez foi uma incitação ao boicote de empresas pelo simples fato de serem propriedade de judeus, exatamente como ocorreu com o Judenboykott nazista. Um ato claro de antissemitismo. Declarações aberrantes como as de Genoio são extremamente perigosas e não podem ser vistas com conivência. Desde os ataques do grupo Hamas em 7 de outubro do ano passado, a onda de antissemitismo tem crescido vertiginosamente em todo o mundo, incluindo no Brasil, e toda manifestação nesse sentido precisa ser rechaçada.

Um levantamento conjunto da Confederação Israelita do Brasil (Conib) e da Federação Israelita do Estado de São Paulo (Fisesp) mostrou que apenas no mês de outubro de 2023, houve um aumento de 961% nas denúncias de casos de antissemitismo no país. Aqui não falamos de críticas razoáveis a possíveis excessos cometidos pelas forças de Israel no combate aos terroristas, manifestação contrárias ao governo israelense ou mensagens de apoio ao povo palestino, mas de ataques diretos e indiscriminados aos judeus pelo fato de serem judeus.

A resposta a Genoio precisa ser imediata. Com razão entidades como a Conib, Fisesp e Câmara Brasil Israel de Comércio e Indústria alertaram para o teor antissemita da fala e pediram providências. Em nota, a Conib lembrou que o

antissemitismo é crime no Brasil e protocolou um requerimento ao Ministério Público Federal de São Paulo (MPF-SP) para que Genoino seja investigado por racismo e incitação ao crime. Vários parlamentares da oposição também reagiram contra a fala antissemita. Já do lado do governo e do partido de Genoino, não houve manifestações.

Por mais que o PT, a esquerda em geral, e mesmo o próprio presidente Lula, com seu senso moral distorcido, deixem evidente sua predileção por regimes autocráticos, ditadores e grupos terroristas como o Hamas – aqui mesmo neste espaço já comentamos exaustivamente sobre isso – antissemitismo, o racismo dirigido ao povo de Israel, é crime, inclusive para o próprio Supremo Tribunal Federal, que já ratificou condenações por racismo de quem

propagava ideias antissemitas. Assim, esperamos que as autoridades brasileiras, em especial o Judiciário, que já se mostrou muito ágil contra o chamado discurso de ódio nas redes sociais, não tratem a fala de Genoino como se fosse irrelevante. A leniência nesse caso pode significar uma carta branca para que o ódio contra os judeus se instale de vez nas terras brasileiras.



[Voltar ao índice](#)



Moradores de Nova Roma do Sul conseguiram arrecadar R\$ 7 milhões para projetar e reconstruir ponte. | Foto: divulgação/Consórcio Intermunicipal

OPINIÃO

Marcel van Hattem

Do caos à reconstrução: nova ponte gaúcha e falência estatal

Uma ponte nova em pouco mais de quatro meses: a união de gaúchos da Serra para recuperar a travessia entre os municípios de Nova Roma

do Sul e Farroupilha, levada pela enxurrada, viralizou pelo Brasil. É exemplo de saudável atividade comunitária. E é exemplo, também, da ineficiência e inoperância estatal: diante da perspectiva dada pelas autoridades de que a nova ponte levaria pelo menos dezoito meses para ser entregue, a população decidiu arregaçar as mangas e fazer o serviço por conta própria.

A região da Serra Gaúcha é majoritariamente habitada por descendentes de italianos. Assim como no caso da imigração alemã, também os imigrantes italianos cruzaram o Atlântico com promessas feitas pelos governantes brasileiros que jamais foram cumpridas. Amargaram anos de vida difícil, vivendo em condições precárias onde não havia nenhuma infraestrutura, muita mata e muito mato. Desconfiar do governo, portanto, é dever; encontrar soluções próprias

para superar os desafios sempre foi questão de sobrevivência.

Construir a ponte em tão pouco tempo e com recursos próprios foi espantoso. Mais, ainda, foi o valor investido: enquanto o governo do Estado do Rio Grande do Sul apresentava um projeto faraônico ao custo estimado de mais de R\$ 50 milhões de reais (de fato, um projeto muito mais avançado do que a alternativa construída), a comunidade local decidiu orçar por conta própria uma renovação da ponte antiga que saiu pouco mais do que 10% do valor. Com aproximadamente R\$ 5,7 milhões comprovaram que o ótimo é inimigo do bom, sem deixar de melhorar as condições de segurança na nova travessia em relação à que foi destruída: a ponte foi elevada em dois metros em relação ao leito do rio se comparada à antiga; teve suas entradas

alargadas para que carretas possam passar com mais tranquilidade; e passou a contar com iluminação noturna.

Enquanto a obra encaminhava para o seu final, para acrescentar ainda mais a já notória incompetência estatal, finalmente em 14 de dezembro, mais de três meses após a queda da ponte, o governo do Estado do Rio Grande do Sul publicava uma disputa com dispensa de licitação para o fornecimento, ao custo de mais de R\$ 60 mil, de placas de sinalização de perigo na via em virtude da ponte caída. O prefeito de Nova Roma do Sul, Douglas Pasuch, fez apelos para que tal certame não prosseguisse pois, com a iminência da entrega da nova ponte, gastar com placas seria mais um desperdício. Quanto ao projeto da nova ponte estatal, maior e bem mais cara, até então nem sinal.

Agora, após a entrega da nova ponte comunitária e a enorme repercussão positiva para a ação do povo da Serra gaúcha e negativa em relação à inoperância estatal, deu-se publicidade às alternativas. O governador do Estado, Eduardo Leite, gravou vídeo para suas redes sociais em que apresenta em seu tablet o projeto do governo para uma nova ponte. Não fala, porém, em prazos para que o lindo desenho saia da tela para a realidade e acaba desinformando, pois sugere que a ponte comunitária não tenha melhorias em relação à colapsada, como já descrevi acima.

Quanto aos recursos para construí-la, depois de inicialmente insistir em passar a conta ao governo federal, agora o governador Eduardo Leite afirmou que o governo do Estado se dispôs a bancar o novo projeto. Por que só agora?

Segundo uma publicação sua no X, com a construção da ponte comunitária o governo federal teria argumentado que já não há mais emergencialidade para financiar uma segunda ponte, cabendo agora o custo exclusivamente ao pagador de impostos gaúcho.

É preciso reconhecer: nessa situação tragicômica há muito mais elementos vinculados à histórica morosidade da burocracia brasileira e à inoperância do poder público em geral do que responsabilidade concentrada em um ator específico, seja o governador do estado, seus secretários e diretores. Porém, o fato em tela e a desproporcional reação de autodefesa do governador à justa crítica feita ao poder público em geral e sua letargia, levantam questionamentos sobre o quanto a atual administração poderia ter feito para dar mais celeridade à recuperação

dos prejuízos causados pelas recentes calamidades no estado do Rio Grande do Sul.

Para finalizarmos com um exemplo cristalino, enquanto Nova Roma do Sul e Farroupilha estão novamente conectados por uma ponte após pouco mais de quatro meses de intensa atividade comunitária, pouco mais de 30 quilômetros rio abaixo São Valentim do Sul e Santa Tereza continuam sem ligação após a queda, no mesmo evento, da sua ponte, que é três vezes maior em comprimento e mais larga do que a dos vizinhos.

A balsa prometida pelo governo do Estado para chegar há uma semana, em 17 de janeiro, ainda não chegou. Detalhe: apenas para instalação e desinstalação da balsa o custo será de mais de 1,3 milhão de reais e os cidadãos terão de pagar

para utilizá-la, diferentemente do que ocorria com a ponte. Quem precisou aguardar pela solução estatal, infelizmente, por ora está ilhado; quem conseguiu sair na frente e trabalhar pela solução por conta própria, agora cruza o rio novamente em segurança. Para que pagamos impostos mesmo?



Autor: Marcel van Hattem é deputado federal em segundo mandato pelo NOVO-RS, possui bacharelado em Relações Internacionais e especialização em Direito, Economia e Democracia Constitucional, ambos pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É mestre em Ciência Política pela Universidade de Leiden; em Jornalismo, Mídia e Globalização pelas Universidades de Aarhus/Dinamarca e de Amsterdã - Holanda. Marcel é egresso do Programa de Liderança Política, Social e Empresarial da Georgetown University em Washington, D.C., Estados Unidos. Na Câmara dos Deputados, Marcel é vice-líder da oposição ao governo Lula. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



A vereadora Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes foram executados em 2018. | Foto: Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro/divulgação

OPINIÃO

Deltan Dallagnol

Caso Marielle: 3 lições para a esquerda

Na última terça-feira (23) blogs petistas revelaram uma informação que tem dado um nó na cabeça da esquerda lulista: a de que Ronnie

Lessa, ex-policia militar, acusado de assassinar Marielle Franco, teria afirmado em seu acordo de delação com a Polícia Federal que Domingos Brazão, atual conselheiro do Tribunal de Contas do Rio de Janeiro (TCE-RJ), seria o mandante do crime. A delação de Ronnie Lessa ainda não foi homologada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e a polícia não confirmou publicamente a informação.

Se a informação for verídica, o que apenas o avanço ou conclusão das investigações poderá comprovar, algumas lições poderão ser tiradas do caso Marielle, que já se arrasta há quase 6 anos sem solução. Embora essas 3 lições possam ser aproveitadas por todos, servem de aprendizado ainda maior para aquele seu colega de esquerda que passou anos perguntando: “quem matou Marielle?”

A primeira lição, e talvez a mais importante, é de que a rápida solução de crimes e a punição efetiva dos criminosos deve ser uma bandeira de todos, da direita e da esquerda. Se for confirmado que Brazão de fato foi quem ordenou a morte de Marielle, é impossível não imaginar que o crime poderia ter sido evitado, já que em março de 2017, quase um ano antes da morte da vereadora, Domingos Brazão havia sido preso pela força-tarefa da operação Lava Jato do Rio de Janeiro, que o investigava pela venda de decisões judiciais.

Nessa mesma operação, foram presos cinco dos sete conselheiros do TCE-RJ, sendo que o sétimo, que era o ex-presidente do tribunal, foi quem fez a delação premiada que entregou os outros cinco por um esquema de corrupção que desviou, segundo a PGR, R\$ 35 milhões entre

2006 e 2015. Brazão acabou ficando preso por pouquíssimo tempo e, apesar de afastado do cargo por um período, não foi punido até hoje.

A Procuradoria-Geral da República ofereceu denúncia contra ele e os demais conselheiros em 2019 e até agora, quase 5 anos depois, o STJ não proferiu sentença, falhando no principal propósito do Poder Judiciário, que é o de entregar justiça aos cidadãos em tempo razoável. Esse Judiciário, que fracassou em punir Brazão, é o mesmo que determinou a sua recondução ao cargo de conselheiro do TCE. Sim, a justiça brasileira autorizou o retorno de Brazão ao cargo que ele teria usado para receber subornos.

O leitor mais atento já percebeu aonde quero chegar: se for verdade que Brazão mandou matar Marielle, é possível que ela estivesse viva

hoje se tivéssemos uma justiça efetiva, já que a Lava Jato conseguiu chegar em Brazão um ano antes do brutal assassinato de Marielle. Isso também significa que, enquanto a esquerda se ocupava de atacar a Lava Jato por ter revelado a corrupção de seus políticos de estimação como Lula, a operação atuava para proteger a sociedade de criminosos poderosos. Isso poderia ter salvado Marielle, mas a esquerda preferiu destruir a Lava Jato para livrar Lula.

A **segunda lição** do caso Marielle é sobre a importância da delação premiada, que foi demonizada pela esquerda e seus porta-vozes na imprensa durante toda a Lava Jato. No caso de Marielle, desde a delação de Élcio de Queiroz, parceiro de Ronnie Lessa no assassinato, o que temos visto é ou um silêncio seletivo ou uma comemoração hipócrita de quem criticava as

delações da Lava Jato. Na segunda-feira (22), lulistas notórios como André Janones, Guilherme Boulos, Zeca Dirceu e Jandira Feghali festejaram a notícia da delação de Ronnie Lessa com indiretas a Jair Bolsonaro, a quem a esquerda tem associado o crime desde 2018.



A delação premiada é um instrumento importantíssimo para a solução e a punição de crimes, que deve, sim, ser acompanhada de provas de corroboração, o que sempre foi respeitado na Lava Jato.

O que é inadmissível é a visão da esquerda, que demoniza as delações quando elas atingem seus aliados mas as celebra quando, na visão deles, a delação é instrumentalizada contra seus adversários políticos. A esquerda tem agido assim não

só no caso de Marielle, mas também no do tenente-coronel Mauro Cid. Criminosos, sejam de que lado forem, devem ser tratados e responsabilizados de maneira igual, sem seletividade.

A terceira lição pode ser resumida em um clássico ditado, que parece ser essencial lembrar à esquerda: mentira tem perna curta. Por anos, líderes políticos, nomes importantes da esquerda e os blogs sujos do PT fazem acusações sem provas de que o ex-presidente Jair Bolsonaro e seus familiares têm algum tipo de relação com o crime.

Agora, ao serem confrontados com a informação, revelada pelos próprios blogs petistas, de que quem foi apontado como mandante do crime é um antigo cabo eleitoral de Dilma

Rousseff, as narrativas da esquerda foram para o espaço, e o feitiço se voltou contra o feiticeiro. O plot twist, que deu um nó na cabeça da esquerda lulista, é digno de Game of Thrones. Ou será que a premiada série sobre a mafiosa Família Soprano seria mais adequada?

Pronto. Agora você já pode enviar este artigo para seu colega esquerdista e perguntar: o que você acha disso?



Autor: Deltan Dallagnol é mestre em Direito pela Harvard Law School e foi o deputado federal mais votado do Paraná em 2022. Trabalhou como procurador por 18 anos, atuando em várias operações no combate a crimes como corrupção e lavagem de dinheiro. Foi coordenador da operação Lava Jato em Curitiba. **Os textos do colunista não expressam, necessariamente, a opinião da Gazeta do Povo.



[Voltar ao índice](#)



Deputados Carlos Jordy e Alexandre Ramagem foram alvos de operações da PF | Foto: Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados

RAMAGEM E JORDY

PF faz operações contra pré-candidatos da direita no RJ e oposição cita perseguição

Por Roberta Ribeiro

A Polícia Federal (PF) realizou duas operações de busca e apreensão - no período de uma se-

mana - contra dois políticos de direita, que foram eleitos deputados federais e que são pré-candidatos a prefeito em duas cidades do estado do Rio de Janeiro, a capital fluminense e Niterói. São eles: Alexandre Ramagem e Carlos Jordy, ambos do Partido Liberal (PL), sigla do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Na ação mais recente, agentes da PF estiveram no gabinete e na residência em Brasília do deputado federal Alexandre Ramagem (PL-RJ), na manhã desta quinta-feira (25). Na quinta-feira passada (18), o alvo da operação foi o também deputado federal Carlos Jordy, líder da oposição na Câmara.

No caso Ramagem, a investigação da PF teve início diante das ações da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) que teriam ocorrido durante

o governo Bolsonaro, com o suposto intuito de monitorar autoridades públicas sem autorização judicial, por meio do uso do dispositivo cibernético First Mile, que faz a geolocalização de dispositivos móveis. A Operação Vigilância Aproximada é um desdobramento da Última Milha, deflagrada em outubro do ano passado para investigar essa questão.

Há exatamente uma semana, no dia 18, o deputado federal Carlos Jordy (PL-RJ), pré-candidato pelo partido à prefeitura de Niterói, também foi alvo de busca e apreensão em seu gabinete e residência em Brasília. Naquela oportunidade, tratava-se da 24^a fase da Operação Lesa Pátria, cujo objetivo é identificar pessoas que tenham planejado e financiado os atos que culminaram com a

deprecação de prédios públicos em 8 de janeiro de 2023.

Aliados da direita avaliaram a sequência de ações contra parlamentares do PL como perseguição política, a qual busca minar o avanço de candidatos da direita. Em publicação no X, o deputado federal Mauricio Marcon (Podemos-RS), vice-líder da oposição na Câmara, afirmou que se vive em uma democracia relativa e que “em breve teremos parlamentares opositores presos, cassados”.

Além de criticar a falta de reação das lideranças do Congresso diante das operações da PF, a senadora Damares Alves (Republicanos - DF) também destacou o fato de ambos os parlamentares serem pré-candidatos às eleições municipais deste ano.

Já a deputada Júlia Zanatta (PL-SC) opinou que se trata de “caça à oposição”, já que poucos dias após a “ofensiva” contra Jordy, seguiu-se a operação da PF contra Ramagem. “Se o intuito for utilizar a máquina neste ano eleitoral para causar desgaste político aos indicados de Bolsonaro para prefeito, a situação é ainda mais grave”, afirmou.

Costa Neto diz que operação é “perseguição por causa do Bolsonaro”

Ao comentar a operação da PF, o presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, disse que a operação é uma “perseguição por causa do Bolsonaro”. Apesar disso, na avaliação dele, o resultado pode favorecer o partido, já que supostamente ajudaria o candidato do PL na cidade do Rio, Alexandre Ramagem. “Isso é pura

perseguição e pode acabar elegendo o Ramagem com mais facilidade no Rio de Janeiro”, disse o mandatário do PL.

O analista político e especialista em gestão pública, Lucas Pinheiro, avalia que as ações da PF podem, como evidenciado por Costa Neto, não causar desgastes junto às bases eleitorais de Ramagem e Jordy, pois fortaleceria as teses que defendem - de que se trata de perseguição. Assim, a visibilidade gerada pela cobertura do caso poderia favorecer Ramagem, tornando-o mais conhecido e estreitando suas relações com apoiadores de Bolsonaro na capital fluminense.

O uso da operação por adversários para desgastar Ramagem também é uma possibilidade, mas que tenderia a ter pouco efeito entre

o eleitorado de Bolsonaro e, por consequência, de Ramagem.

Nas eleições municipais, segundo o especialista, o que realmente conta para a população são as propostas do candidato para o dia a dia da cidade, tanto que Paes se reelegeu mesmo após operações da PF que investigaram suas gestões, como a “Rio 40 Graus, deflagrada em agosto de 2017. “Isso nos leva a concluir que a população municipal é pragmática: quer saber o que o candidato vai fazer para melhorar sua vida na cidade”, salienta.

Desgaste de imagem diante das eleições

Nem todos compartilham da visão de que as operações da PF contra candidatos da direita, especificamente do PL, seriam benéficas aos

postulantes aos cargos de prefeito do Rio de Janeiro e de Niterói. O analista político e consultor da Malta Advogados, Luiz Filipe Freitas, defende que as operações podem não ser tão positivas quanto Costa Neto afirma. Ele avalia que o presidente do PL desempenha seu papel ao fazer esse tipo de declaração, que busca diminuir os efeitos das ações da PF ao mesmo tempo em que procura alavancar seu candidato no Rio de Janeiro, importante reduto eleitoral para o ex-presidente Jair Bolsonaro.

Diante da gravidade das acusações, ele prevê que, certamente, elas serão utilizadas pelos adversários para tentar desgastar a imagem de Ramagem e Jordy. Nesse sentido, ele destaca que o Rio também é reduto do ex-presidente da Câmara dos Deputados Rodrigo Maia, que teria sido um dos alvos espionados pela Abin.

Maia se pronunciou a favor da operação da PF e disse que iria até as “últimas consequências para buscar a punição” dos responsáveis, caso se comprovem as suspeitas de espionagem. Em entrevista à GloboNews, ele aproveitou para criticar Ramagem e disse que, para o político do PL, a liberdade significa desrespeitar a Constituição e as leis brasileiras.

Por outro lado, no dia 15 de janeiro, em seu perfil no X, o ex-presidente da Câmara e atual presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras elogiou os esforços de Paes para minimizar os problemas das chuvas no Rio de Janeiro.

Ele também repostou a entrevista do ministro Alexandre de Moraes à GloboNews, na qual afirmou, sem apresentar provas, que havia

planos para assassiná-lo durante os atos em 8 de janeiro do ano passado.

Operação da PF

A investigação da PF que resultou na operação Vigilância Aproximada, da qual Ramagem foi alvo, é uma continuação da operação Última Milha, deflagrada em outubro do ano passado, contra o uso de um dispositivo cibernético de monitoramento da localização de celulares por funcionários da Abin.

Segundo a PF, além de Maia, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes – que autorizou ambas as operações da PF, envolvendo Jordy e Ramagem. De acordo com o órgão, ao vasculhar os computadores da Abin, teriam sido encon-

tradas provas de que Ramagem supostamente teria autorizado a espionagem ilegal das autoridades.

Conforme reportado pela CNN, a Abin teria espionado um jantar na casa de Rodrigo Maia. A reportagem não explicou que tipo de espionagem e como a ação teria sido realizada durante o jantar - o First Mile fornece a localização [latitude e longitude] de telefones celulares, mas não é capaz de captar outros dados dos aparelhos ou dos ambientes em que estejam inseridos.

Cotado para sair candidato no Rio, Braga Netto ficou inelegível em 2023

Antes de Ramagem, um dos pré-candidatos do PL para a prefeitura do Rio de Janeiro era o

general Walter Braga Netto, que foi candidato à vice-presidência da República na chapa de Jair Bolsonaro (PL), em 2022. Mas, em 31 de outubro de 2023, Braga Netto foi julgado inelegível, por sua participação nos atos de 7 de setembro daquele ano.

Além de ficar fora das urnas por oito anos, Braga Netto ainda foi multado em R\$ 212 mil. Um dos trunfos da candidatura de Braga Netto era a atuação como interventor federal no Rio de Janeiro em 2018, durante o governo do ex-presidente Michel Temer (MDB).



[Voltar ao índice](#)



Operações de unidades da OTAN, no âmbito de manobras nas proximidades de La Algameca, em Cartagena| Foto: EFE/Marcial Guillén

TENSÃO NA EUROPA

Quão perto a Europa está de uma guerra total contra a Rússia

Por Isabella de Paula

Nesta semana, a Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) deu início ao maior treina-

mento militar em décadas na Europa, reunindo mais de 90 mil soldados de todos os países que integram a aliança militar, além de 50 navios, 80 aeronaves e mais de 1.100 veículos blindados.

O recente investimento em exercícios, ligado à aquisição bilionária de armas pelo bloco ocidental, mobiliza a atenção internacional para um momento em que as investidas de Moscou contra a Ucrânia ganham novo fôlego, gerando uma série de especulações sobre uma iminente terceira grande guerra no mundo.

Em outubro do ano passado, o ex-presidente russo Dmitry Medvedev, que agora é vice-presidente do Conselho de Segurança do país, já havia alertado que Moscou consideraria qualquer ajuda militar do Reino Unido à Ucrânia como uma declaração de guerra, medida que foi

efetivada pelo premiê britânico, Rishi Sunak, durante uma visita a Kiev, neste mês, ocasião na qual anunciou um novo acordo de segurança entre os países.

As tensões aumentaram ainda mais nos últimos dias após a declaração do chefe do comitê militar da OTAN, o almirante holandês Rob Bauer, afirmando na segunda-feira (22) que os países que compõem a aliança estão se preparando para um enfrentamento em larga escala contra possíveis inimigos, incluindo o Exército de Vladimir Putin.

O ministro de Defesa da Alemanha, Boris Pistorius, também manifestou preocupação com um futuro alargamento do conflito nos próximos anos, principalmente depois das ameaças do Kremlin aos Estados Bálticos -

Estônia, Letônia e Lituânia - e a outras nações, como a Finlândia, que tem uma fronteira de mais de 1.300 quilômetros de extensão com o país e aderiu recentemente ao Tratado. "Os nossos especialistas acreditam que, em um período de cinco a oito anos, isso poderá ser possível", disse durante uma coletiva.

O doutor em Relações Internacionais e professor da Universidade de São Paulo (USP), Kai Lehmann, observa que o panorama geopolítico ainda é de muitas incertezas nesse sentido.

"Os dois anos da guerra na Ucrânia ainda indicam muitas incertezas. Eu vejo que uma escalada regional no conflito dependeria principalmente de uma vitória definitiva da Rússia sobre Kiev, uma vez que isso abriria uma porta para futuras conquistas de territórios em outros

Estados por parte de Putin, inclusive sobre os países fronteiriços que já demonstraram preocupação com esse cenário de expansão territorial, como a Letônia".

Contudo, lembra Lehmann, "Moscou tinha expectativa da guerra durar apenas um mês e já concluimos o segundo ano da invasão", o que corrobora com a ideia de que "seria uma estratégia arriscada para o chefe do Kremlin abrir mais uma frente de confronto", em especial contra a OTAN, que conta com 31 países membros.

Para o especialista em Relações Internacionais, existem muitos fatores que reduzem a probabilidade de um confronto direto entre os dois lados.

"Não vejo um risco iminente da Rússia invadir algum país integrante da OTAN, porque um conflito desse porte não se resolveria em um curto prazo. Em muitos momentos, desde o início da guerra do leste europeu, Putin declarou que, caso a Europa apoiasse Kiev, eles atacariam a Alemanha, a França e qualquer outro país que criticasse sua investida militar, no entanto eles não conseguiram nem mesmo vencer a Ucrânia. Por isso, vejo que é difícil haver uma escalada do conflito agora, ao menos enquanto Joe Biden estiver à frente da Casa Branca".

O professor da USP pontua ainda que a atuação da OTAN nos próximos anos dependerá invariavelmente das eleições presidenciais dos EUA, marcadas para novembro. "Evidentemente, as eleições americanas têm um peso impor-

tante numa possível entrada da OTAN na guerra contra a Rússia. Caso Donald Trump seja eleito presidente, certamente as dinâmicas dos EUA e da Europa vão mudar, o apoio à Ucrânia vai mudar, com isso temos obviamente também o futuro da OTAN em jogo, já que o país lidera a frente militar hoje", explica.

Lehmann relembra que o ex-mandatário republicano já manifestou seu desejo de retirar os EUA da organização militar, posicionamento contrário ao do democrata Joe Biden, que atualmente enfrenta uma batalha no Congresso para manter a ajuda financeira a Kiev.

Segundo dados do Departamento de Estado americano, a Casa Branca é a maior fornecedora de ajuda militar à Ucrânia, desde o início da invasão russa, auxiliando o país nos últimos

dois anos com US\$ 44,2 bilhões (R\$ 214 bilhões). "Trump é um aliado russo dentro da OTAN, portanto uma nova vitória dele pode levar a um teste da Rússia para provocar a vontade dos EUA de defender um estado membro da aliança, como algum país báltico".

Outros impeditivos para um confronto direto da OTAN são os desentendimentos entre os próprios países que integram a aliança. "Hoje, temos governos dentro da OTAN, como a Hungria e Eslováquia, que não estão 100% comprometidos com a defesa da Ucrânia. Isso também precisa ser levado em conta na hora de avaliar uma nova frente na guerra que acontece na Europa", disse Lehmann, citando o artigo 5º da organização, que obriga os países integrantes a entrarem em um confronto, caso um membro seja atacado.

O professor analisa ainda que o Exército de Putin dá sinais de enfraquecimento com a guerra contra Kiev. "Um dos maiores exemplos disso é a série de acordos do país com a Coreia do Norte, isso mostra fraqueza do lado do Putin, apesar de parecer o contrário. Vejo essa mobilização mais como um pedido de ajuda, um sinal de que nem tudo está indo bem em Moscou, já que fez aliança política e militar com o país mais recluso do mundo", pontuou.

Mesmo sem ter controle definitivo sobre a guerra, os novos ataques em grande escala da Rússia contra Kiev mostram que o país permanece focado nos objetivos expansionistas sobre a nação vizinha, que vive uma escassez de recursos em meio à interrupção da ajuda externa.

Para além do conflito no leste europeu, Vladimir Putin tem investido seus esforços em batalhas pontuais, como no Oriente Médio, onde Israel busca eliminar o grupo terrorista Hamas com apoio dos EUA, desde outubro.

O chefe do Kremlin tem culpado o Ocidente pela continuidade do confronto e recebeu uma delegação com lideranças da milícia palestina no ano passado para uma reunião, que também contou com representantes do grupo xiita libanês Hezbollah.

Mais recentemente, uma análise da agência Associated Press (AP) apontou que o Hamas tem usado um arsenal diversificado de armas provenientes de países como a Coreia do Norte, China, Irã e a própria Rússia na guerra. No ano passado, o presidente da Microsoft, Brad Smith,

também fez um alerta contundente sobre a disseminação de desinformação a partir de Moscou sobre o atual conflito no Oriente Médio.

O foco da desinformação russa, segundo Smith, é direcionado especialmente para países do Ocidente, buscando atribuir a culpa do conflito aos Estados Unidos e direcionando essas narrativas às audiências ocidentais. O presidente da Microsoft revelou que atores baseados na Rússia estão utilizando Inteligência Artificial (IA) generativa para criar conteúdo multimídia mais sofisticado, a fim de manipular a percepção do público ocidental sobre o conflito.



[Voltar ao índice](#)



A audiência de custódia, uma das grandes bandeiras de Ricardo Lewandowski, pode ser restringida pelo Legislativo | Foto: Pedro França/Senado

COMBATE AO CRIME

Congresso tem propostas para confrontar Lewandowski na segurança pública

Por Renan Ramalho

A escolha de Ricardo Lewandowski para comandar o Ministério da Justiça não dissipou a preo-

cupação de parlamentares ligados à segurança pública com a possibilidade de aumento da criminalidade. A avaliação entre integrantes da classe é de que, no primeiro ano deste terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, houve erros e negligência em relação ao problema. Por isso, a oposição quer debater neste ano temas como o fim da “saidinha” dos presos da cadeia em feriados, a descriminalização das drogas, o acesso da população às armas e a derrubada da obrigatoriedade de policiais usarem câmeras em uniformes.

Além de não ser especialista na área, Lewandowski tem visão contrária à de técnicos experientes, sobretudo por defender políticas de desencarceramento, orientadas para facilitar a saída de presos do sistema penitenciário, visto por ele e ativistas de esquerda como uma escola

do crime, em razão do domínio de facções criminosas sobre parte das unidades prisionais. A posição em favor do desencarceramento serve também como um dos principais argumentos em favor da descriminalização do porte de drogas para consumo pessoal. A ideia é que usuários não deveriam ficar presos com traficantes e outros criminosos violentos.

As "saidinhas" são o direito de detentos gozarem de cinco semanas de liberdade por ano em datas comemorativas, como Natal e dia dos pais. Têm acesso ao benefício os presos do regime semiaberto que tenham apresentado bom comportamento. Na bancada da segurança, majoritariamente de direita, a percepção predominante é que a liberação de presos nas "saidinhas" fomenta a violência, dado que

muitos voltam a cometer crimes e não retornam para o sistema prisional.

O deputado Alberto Fraga (PL-DF), um dos mais antigos parlamentares que atua na área na Câmara e favorito para presidir, neste ano, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, prevê embates do Legislativo com o novo Ministro da Justiça, que deve tomar posse em fevereiro.

“Lewandowski será o ministro da insegurança pública, por falta de conhecimento técnico e por ser defensor da pauta dos bandidos. A comissão vai se posicionar contra esses projetos dele. Não tenha dúvida que teremos grandes embates, para defender a sociedade”, disse à **Gazeta do Povo**.

Para ele, o que falta é mobilização do Senado. “Passamos 20 anos discutindo a redução da maioria penal, aprovamos na Câmara, mas o Senado deixou prescrever”, lamenta o deputado. A proposta de emenda à Constituição, que permitiria condenar criminalmente e levar à prisão delinquentes com mais de 16 anos, em vez de 18, foi aprovada em 2015 pela Câmara, mas ficou parada no Senado, e por isso foi arquivada no fim de 2022.

Nesta reportagem, elencamos cinco proposições em tramitação no Legislativo que devem avançar neste ano e que vão na direção contrária do governo Lula na área da segurança.

1) Audiências de custódia

Implementadas nacionalmente por Lewandowski quando ele presidia o STF e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), entre 2014 e 2016, as audiências de custódia desde então são criticadas pela bancada da segurança por favorecer a libertação de bandidos presos em flagrante e intimidar policiais que efetuam as prisões. Teoricamente, o procedimento de levar um preso em flagrante à presença do juiz em 24 horas, com direito à presença de advogado ou defensor e promotor. Ela serve para verificar a legalidade da prisão e a eventual ocorrência de maus tratos ao preso. Na prática, passou a ser usada para deixar em liberdade criminosos perigosos, dentro da lógica de impedir a lotação de presídios.

Desde que foram implementadas há cerca de oito anos, as audiências de custódia já libertaram mais de meio milhão de presos no Brasil, segundo levantamento da **Gazeta do Povo**.

Inicialmente, deputados hoje na oposição se insurgiram contra a medida, aproveitando-se do fato de ter sido inicialmente implementada por meio de resolução do CNJ, e não de lei. Ainda em 2016, o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-RJ) apresentou projeto de decreto legislativo para sustar a norma. Apontou inconstitucionalidade formal e argumentou que a audiência de custódia promoveria uma “inversão de valores e papéis”.

“A prática reiterada de atos criminosos gera sensação de impunidade que estimula os

criminosos, apavora os cidadãos e acarreta aos policiais um sentimento de impotência, frente ao retrabalho diário a que estão submetidos esses profissionais. As audiências de custódia, instituídas por ato normativo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), órgão integrante do Poder Judiciário, agravaram tal sensação ao estabelecer uma inversão de valores e papéis em que os investigados passaram a ser, prioritariamente, os agentes policiais responsáveis pelas prisões, e os criminosos de fato foram travestidos de vítimas em potencial, independente da natureza ou gravidade da infração penal praticada”, disse na proposta.

Com o tempo, o projeto perdeu força e ficou parado, especialmente a partir de 2019, quando a audiência de custódia foi aprovada em lei, dentro do pacote anticrime, que passou a prever

a soltura do preso em caso de não realização do procedimento.

Nos últimos anos, a oposição passou a defender regras mais restritivas para sua realização. Há um projeto na Câmara, por exemplo, do deputado Kim Kataguiri (União-SP), para impedir a concessão de liberdade provisória para criminosos reincidentes. No Senado, há uma proposta para tornar obrigatória a audiência de custódia apenas nos casos em que o acusado não é reincidente ou tem bons antecedentes. Apresentados entre 2022 e 2023, os projetos ainda estão em fase inicial.

2) Fim das saidinhas

Aprovado pela Câmara em 2022, com 311 votos a favor e 98 contra, o projeto de lei que acaba com

as saidinhas está desde então parado no Senado, mas deve ganhar força neste ano depois da morte do sargento Roger Dias da Cunha, de 29 anos, assassinado por um criminoso que estava solto nas ruas por causa do benefício, em Belo Horizonte. O caso revoltou a Polícia Militar em Minas Gerais e despertou o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, que é do Estado, para o problema. “Ou reagimos fortemente à criminalidade e à violência, ou o país será derrotado por elas”, postou o senador no Twitter recentemente, ao comentar o assunto.

No Senado, o projeto tem como relator o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Ele diz que a votação está travada por resistência do PT e de partidos de esquerda que apoiam o governo. Para contornar isso, o texto deverá ser alterado pelo senador Sergio Moro (União-PR) para

manter as saidinhas para presos que estudam e trabalham. Se for aprovado na Comissão de Segurança do Senado, o projeto ainda tem de passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e depois pelo plenário. Se a modificação for aprovada, terá de voltar à Câmara.

Nesse cenário, o presidente da Comissão de Segurança da Câmara, Sanderson (PL-RS), adiantou à Gazeta do Povo que haverá esforço para restabelecer o texto original, que proíbe todos os tipos de saidinha. Há risco de Lula vetar o texto, mas o deputado diz que, nesse caso, vai mobilizar os colegas para derrubar o veto e, assim, fazer valer a nova lei.

3) PEC das Drogas

A retomada, em agosto de 2023, do julgamento no STF que pode descriminalizar o porte de maconha para consumo pessoal também deixou Pacheco em alerta. Ele logo anunciou uma proposta de emenda à Constituição para manter a conduta como crime no ordenamento jurídico. O texto estava pronto para aprovação em novembro na CCJ, mas teve a votação adiada por um pedido de vista coletivo. O relator, Efraim Filho (União-PB), ajustou a redação prevendo a diferenciação entre traficantes e usuários, de modo que estes não sejam presos, mas submetidos a penas alternativas – é exatamente o que ocorre hoje na Lei Antidrogas, cujo dispositivo o STF tende a derrubar para impedir que o usuário seja processado criminalmente.

Ministros favoráveis à descriminalização dizem que a aplicação da lei pela polícia, Ministério Público e Judiciário é discriminatória, porque enquadraria usuários negros e pobres como traficantes para poder prendê-los. Daí o interesse em estabelecer uma quantidade máxima – 60 gramas de maconha, por exemplo – que caracterizaria o porte para consumo. Neste caso, haveria um critério universal e objetivo para considerar uma pessoa usuária e, portanto, imune à pena de prisão.

Opositores dessa definição dizem que o efeito será pulverizar ainda mais o tráfico. Ou seja: para evitar a prisão, traficantes de rua sempre carregariam consigo quantidade menor que a máxima permitida para usuários, de modo que nunca sejam presos. Outro efeito temido pela direita é o aumento do consumo. A partir do

momento que o Estado fixar que o porte não é mais um crime, passaria a mensagem de que a droga não faz mal. O uso tenderia a aumentar e, com isso, o tráfico de drogas, grande fonte de violência, cresceria para suprir a demanda maior.

Pacheco quer apressar a votação no início desse ano no Legislativo, porque a ação pela descriminalização no Judiciário já está pronta para voltar ao plenário do STF e falta apenas um voto para formar a maioria favorável. O presidente da Corte, Luís Roberto Barroso, disse em dezembro que vai pautar logo o caso para o término do julgamento. Para valer, a PEC de Pacheco precisa ser aprovada por 3/5 dos senadores em suas votações e depois por 3/5 dos deputados em mais duas votações.

No STF, Lewandowski não chegou a votar no julgamento que pode descriminalizar o porte de maconha. Mas, em conversas informais, com jornalistas, já sinalizou ser favorável. Em 2011, quando o STF liberou as marchas da maconha, ele argumentou que seria possível que, no futuro, a maconha nem fosse mais considerada uma droga. “O conceito de drogas entre nós, e mesmo no mundo, não é absoluto, não é uniforme e nem é permanente. O que é droga para fins médicos ou mesmo para fins legais? A matéria é extremamente controvertida. Café é droga? Cigarro é droga? Bebidas alcoólicas constituem droga? Maconha é droga?”, disse à época.

4) Decreto legislativo dos CACs

Os decretos de Lula que dificultaram novamente a emissão de licenças e aquisição de armas por caçadores, atiradores esportivos e colecionadores de armas estão na mira do Projeto de Decreto Legislativo 3/2023. O objetivo é restabelecer as regras estabelecidas pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, que ampliou a quantidade e tipos permitidos de armas e munições acessíveis aos atiradores.

A proposição é de autoria do deputado Sanderson (PL-RS), presidente da Comissão de Segurança da Câmara e, segundo ele, o presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), prometeu que a colocaria em votação no plenário no início do ano legislativo, a partir de fevereiro. Se aprovado pelos deputados, o projeto vai ao

Senado. Em caso de aprovação pelos senadores, o texto vai diretamente à promulgação, sem risco de veto pelo presidente Lula.

Na questão das armas, Lewandowski votou em setembro de 2022 para derrubar decretos de Bolsonaro que facilitavam posse e compra por CACs (caçadores, atiradores e colecionadores). Em novembro daquele ano, quando Bolsonaro já havia perdido a reeleição, ele disse num evento com empresários que a quantidade de armas em circulação entre civis era “absolutamente desproporcional aos eventuais perigos que as armas querem afastar”.

5) Câmeras de segurança

A pressão do STF para obrigar policiais do Rio de Janeiro a usarem câmeras de segurança em

uniformes (em operações contra o crime em favelas) e do Ministério da Justiça para estender a medida a todo o país fez a Câmara reagir com um projeto de lei que permite aos agentes ligarem ou não o equipamento, caso disponível. A proposta foi apresentada em outubro pela deputada Daniela Reinehr (PL-SC), ex-vice-governadora de Santa Catarina.

Ela diz que a obrigatoriedade inibe os policiais no combate ao crime e ainda viola o direito deles a não produzir provas contra eles mesmos, comum a todas as pessoas, e à privacidade. “O constante monitoramento de suas ações pode criar um ambiente de trabalho estressante e desgastante, onde eles se sentem constantemente sob escrutínio, mesmo quando estão cumprindo suas funções de maneira adequada”, diz ela na justificativa.

Ela ainda argumenta que faltam estudos para comprovar a eficácia da medida para coibir atuação abusiva dos policiais e que alguns já apontam queda na quantidade de apreensões e prisões. A deputada defende que os recursos sejam aplicados prioritariamente em equipamentos mais efetivos no combate ao crime, como armas mais modernas, coletes à prova de balas e viaturas.

O projeto, no entanto, faz parte de um pacote de propostas relacionadas ao mesmo assunto, inclusive a outros que preveem a obrigatoriedade. Tudo está parado e sem perspectiva de acordo para aprovação no plenário. O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, vinculado ao Ministério da Justiça, aprovou na semana passada uma recomendação pelo uso das câmeras corporais. O texto ainda tem que

ser aprovado pelo ministro Flávio Dino. Ao ser publicado no Diário Oficial, funcionará como pressão para Estados adotarem medidas similares em suas forças policiais.

No STF, Lewandowski seguiu o ministro Edson Fachin em 2022, quando a Corte impôs aos policiais do Rio de Janeiro o uso das câmeras, como forma de reduzir a letalidade deles nas operações em favelas. Na época, Lewandowski disse que havia “violação generalizada e sistemática dos direitos fundamentais naquela unidade da Federação, pela ação da criminalidade organizada e das milícias, agravada pela atuação truculenta da polícia local”.



[Voltar ao índice](#)



Olavo de Carvalho, no início dos anos 2000, em Curitiba | Foto: Arquivo Gazeta do Povo

ANÁLISE

Dois anos sem Olavo de Carvalho: o legado do filósofo que mudou a direita brasileira

Por Omar Godoy

“Não quero ser dramático demais. Mas a direita sem o Olavo de Carvalho parece uma galinha

sem cabeça correndo pelo quintal”, diz o roteirista e escritor Elton Mesquita, um dos criadores do canal do YouTube Brasileirinhos, que frequentemente presta tributo ao “Professor” — cuja morte completa dois anos na quarta-feira (24).

Como Mesquita, inúmeros admiradores de Carvalho seguiram seus passos e mantêm os próprios projetos de propagação de ideias no “ecossistema” que ele ajudou a fundar e impulsionar. Uma verdadeira rede contracultural composta por editoras, sites, podcasts, cursos e perfis de redes sociais voltados ao debate público e à formação pessoal.

O sentimento geral, no entanto, é de que o espaço deixado pelo filósofo ainda está longe de ser preenchido. E enquanto parte de seus

herdeiros intelectuais segue produzindo de forma sistemática e discreta, uma infinidade de oportunistas disputa a tapa seu lugar num mercado altamente lucrativo.

“Há alunos bons do Olavo que se destacam em várias áreas. Mas, infelizmente, os que ficaram mais famosos estão no marketing digital”, afirma o cineasta Josias Teófilo, diretor de *O Jardim das Aflições* (2017), documentário sobre o pensamento, a obra e o cotidiano de Carvalho.

Ele se refere aos candidatos a guru dedicados a vender cursos online, nos moldes dos ministrados pelo “Professor”, para um público ávido por orientações – contudo sem discernimento para identificar possíveis picaretas.

“Isso virou uma indústria terrível. Um ambiente muito insalubre, que despreza a vida fora da internet e com gente que quer chamar a atenção a todo o custo. Principalmente criando polêmicas artificiais”, diz.

Para o cineasta, esses supostos herdeiros não apenas vulgarizam e distorcem as teorias apresentadas por Olavo de Carvalho, mas também as contrariaram. “O Olavo odiava a normatividade, a ‘cagação de regra’. E os que essas pessoas fazem é exatamente decretar o que é certo e errado o tempo todo.”

Teófilo ainda destaca o amadorismo excessivo dessas iniciativas. E garante: os alunos “sérios” de Carvalho hoje estão mais voltados para a literatura. “São pessoas como o [jornalista, escritor e tradutor] Ronald Robson, que têm

profundidade filosófica e estão escrevendo seus livros sem pressa e sem alarde.”

Apesar do tom grave da frase que abre a reportagem, Elton Mesquita, autor do livro ‘Não Tenhais Medo’ (2019), também é otimista com relação à ala mais intelectualizada dos “olavetes” (antes pejorativo, o termo agora é abraçado com simpatia pela tribo).

“Urge paciência, como dizia o próprio Olavo. Tenho certeza de que essa volta à obscuridade vai fermentar bons resultados em várias frentes”, afirma Mesquita, citando a atividade de editoras como Danúbio e Sétimo Selo e do professor Rafael Falcon.

Combinar “Aristóteles com Mussum” era uma das marcas registradas da persona pública do filósofo

Flávio Gordon, antropólogo, escritor e colunista da Gazeta do Povo, é outro que festeja o que define como “florescimento” de projetos influenciados pelo legado de Olavo de Carvalho. “Esse impacto já podia ser percebido quando ele ainda era vivo. Mas hoje temos o surgimento de várias novas editoras e iniciativas nas áreas de jornalismo e audiovisual, por exemplo. Fora o trabalho de formiguinha de gente como o Carlos Nadalim, que foi além do governo Bolsonaro [ex-Secretário de Alfabetização do Ministério da Educação na gestão anterior, o professor de Londrina (PR) desenvolveu um método de ensino elogiado até por setores da esquerda].”

Mas há alguma figura que consiga unir as duas pontas da persona pública criada por Carvalho – cuja marca registrada era a combinação de erudição e carisma, profundidade e capacidade de comunicação? De acordo com Gordon, será muito difícil surgir um descendente do filósofo com essas características.

“Olavo foi um acontecimento único. Ele mesmo dizia que transitava entre Descartes e Mussum, Aristóteles e Alborghetti. E não desenvolveu isso do nada, foi tudo muito pensado. A ideia dele era debochar da solenidade e da artificialidade autoimposta utilizada pela elite intelectual para ocultar suas incapacidades e projetos políticos”, diz o ex-aluno do famoso COF, o Curso Online de Filosofia ministrado durante anos por Olavo de Carvalho.

Para Flávio Gordon, a tentativa de imitar os trejeitos do “Professor” é uma das principais estratégias adotadas pelos oportunistas que buscam ocupar o vácuo deixado por ele. No entanto, segundo o antropólogo, os vendedores de programas de coaching existencial não estão sozinhos nesse grupo. “Muita gente da política se elegeu adotando essa postura teatral sem realmente entender o pensamento do Olavo”, afirma o autor do livro ‘A Corrupção da Inteligência’ (2017).

Para analista, Olavo de Carvalho conseguiu unir vários grupos da direita brasileira

Questionado sobre o possível sucessor de Olavo de Carvalho, o comentarista político Alexandre Borges também acredita que ele foi um “fenômeno único, difícil de reproduzir”. Borges,

contudo, vê um campo aberto para o surgimento de novas lideranças – que, no momento, está sendo ocupado pelos religiosos (católicos, judeus e evangélicos).

Na opinião do analista, Carvalho ainda tinha uma terceira característica importante, para além do carisma e da profundidade: conseguia unir adeptos do que considera os três “movimentos” que compõem a direita brasileira.

O primeiro grupo, de acordo com ele, reúne os que veem no combate à corrupção a saída para os problemas do país. Já o segundo é formado pelos “defensores da ordem”, como patriotas, militares, monarquistas, religiosos, etc. Por fim, há uma “direita econômica/financeira”, para a qual somente a adoção de uma agenda liberal é capaz de consertar o Brasil.

“O problema é que, dentro de cada um desses grupos, há gente democrata e gente autoritária. Gente que aceita as regras do jogo democrático e gente que confunde princípios com um projeto de poder. Espero que os democratas vençam”, diz Borges, que não foi aluno ou uma pessoa próxima de Olavo de Carvalho – apesar de ter visitado sua casa, no estado da Virginia, durante uma viagem para os Estados Unidos.

Projeto da USP que monitora a direita aponta diferenças de pensamento dentro do grupo olavista

E como a academia, tão atacada por Carvalho e seus alunos, analisa o comportamento dos herdeiros do olavismo? Para Luiza Foltran, pesquisadora do projeto Monitor do Debate Político no Meio Digital, da Universidade de São Paulo

(USP), os discípulos do filósofo, ao contrário do que muitos podem crer, não pensam de forma igual.

“A proposta da [produtora] Brasil Paralelo, por exemplo, é diferente do que propõe o [psiquiatra] Italo Marsili, que por sua vez também é diferente das ideias da família Bolsonaro”, diz Luiza – cujo trabalho é acompanhar a atividade do que ela classifica como “ultradireita” e “direita radical” nas redes sociais, em manifestações de rua e, no caso específico do olavismo, no ambiente dos cursos online.

A pesquisadora ainda aponta estratificações socioculturais e econômicas distintas entre o público conservador que busca se educar pela internet. “Existem cursos para quem pode pagar R\$30 e outros que custam mais de R\$ 1

mil. Cursos de História e Filosofia e cursos sobre como organizar a sua vida. Mas sempre com o pano de fundo de ‘buscar a verdade que não é contada’ ou ‘desmascarar as mentiras que a esquerda conta’.”

De acordo com Luiza, o projeto da USP olha com mais atenção para a direita devido ao grande número de cursos ofertados (centenas, segundo ela) e seu protagonismo no debate público dos últimos anos – bem maior do que o do campo progressista. “O maior legado do Olavo é o conceito de formar formadores que vão formar outros formadores.”



[Voltar ao índice](#)

PARA SE APROFUNDAR

- [Oposição busca apoios para CPI da Máfia Digital e quer investigar “gabinete do amor” de Lula](#)
- [Apoiada por Lewandowski, câmara corporal em policiais sofre forte oposição na Câmara](#)
- [Desmatamento, poluição sonora, insônia: energias renováveis também têm efeitos colaterais](#)
- [Brasil é “campeão mundial” em gastos com tribunais de Justiça](#)
- [Por que a esquerda latino-americana está tão incomodada com Javier Milei](#)
- [Contrabando de gado da Argentina ameaça mercado bilionário das carnes no Brasil](#)

COMO RECEBER

As edições da Gazeta do Povo Revista vão estar disponíveis para download em PDF pelos nossos assinantes todos os sábados pela manhã no site do jornal. Também é possível se inscrever, para ser lembrado de baixar o arquivo, pelo [Whatsapp](#) ou pelo [Telegram](#). Se preferir receber por e-mail, você pode se inscrever na [newsletter](#) exclusiva para receber o link de download.

EXPEDIENTE

A Gazeta do Povo Revista é uma seleção de conteúdos publicados ao longo da semana no nosso site. Curadoria e formatação: Carlos Coelho, Glaydson Donadia e Marcela Mendes. Conceito visual: Claudio Cristiano Gonçalves Alves. Coordenação: Patrícia Künzel.

APLICATIVO

Caso seu acesso seja via aplicativo iOS, só é possível visualizar o pdf. Para fazer o download, recomendamos o uso do navegador de internet de seu celular.



Voltar ao índice